




**HESITAÇÃO VACINAL E SAÚDE COLETIVA UMA ANÁLISE DAS CAUSAS  
PSICOSSOCIAIS DA QUEDA NAS TAXAS DE VACINAÇÃO INFANTIL**

**VACCINE HESITATION AND PUBLIC HEALTH: AN ANALYSIS OF THE  
PSYCHOSOCIAL CAUSES OF THE DECLINE IN CHILDHOOD VACCINATION  
RATES**

**LA VACILACIÓN ANTE LAS VACUNAS Y LA SALUD PÚBLICA: UN ANÁLISIS  
DE LAS CAUSAS PSICOSSOCIALES DE LA DISMINUCIÓN DE LAS TASAS DE  
VACUNACIÓN INFANTIL**

 <https://doi.org/10.56238/levv17n59-013>

**Data de submissão:** 07/03/2026

**Data de publicação:** 07/04/2026

**Tayllon Santos Carvalho**

Graduando Enfermagem

Instituição: Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, (UNILESTEMG)

Endereço: Minas Gerais, Brasil

E-mail: Taylloncarvalhoenf@gmail.com

**Leonardo Pinho do Amaral**

Graduando em Biomedicina

Instituição: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, (UFDPAR)

Endereço: Piauí, Brasil

E-mail: amaralleo80@gmail.com

**Joyce Aparecida Tavares**

Graduanda em Radiologia

Instituição: Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)

Endereço: Goiás, Brasil

E-mail: aparecidajoyce704@gmail.com

**Elaine Ferreira Siqueira**

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Afya Porto Velho, (AFYA)

Endereço: Rondônia, Brasil

E-mail: elaineboone153@gmail.com

**Sônia Socorro Andrade Pinto**

Pós-graduanda em Enfermagem e Obstetrícia

Instituição: Escola Superior da Amazônia, (ESAMAZ)

Endereço: Pará, Brasil

E-mail: sonia.pinto22@hotmail.com



**Fernanda Resende Gonçalves**

Especialista em Vigilância em Saúde Epidemiológica  
Instituição: Faculdade Iguacu, (UNIMINAS)  
Endereço: Minas Gerais, Brasil  
E-mail: fer.nanda.resende@hotmail.com

**Mykaelle Soares Lima**

Mestrado em Saúde e Comunidade  
Instituição: Universidade Federal do Piauí, (UFPI)  
Endereço: Piauí, Brasil  
E-mail: mykaelle.lima@ufpi.edu.br

**Raniela Borges Sinimbu**

Doutorado em Pós-graduação em Medicina Tropical  
Instituição: Fundação Oswaldo Cruz Piauí, (FIOCRUZ PIAUÍ)  
Endereço: Piauí, Brasil  
E-mail: ranielasinimbu@ufpi.edu.br

---

**RESUMO**

Considerando a redução recente das coberturas vacinais infantis e os riscos associados à reintrodução de doenças imunopreveníveis, a hesitação vacinal tem se consolidado como um desafio relevante para a saúde coletiva, envolvendo dimensões sociais, informacionais e estruturais que influenciam as decisões parentais sobre a imunização. Objetiva-se analisar as causas psicossociais associadas à hesitação vacinal e sua relação com a queda das taxas de vacinação infantil no contexto da saúde coletiva. Para tanto, procede-se a uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizada nas bases PubMed/MEDLINE, Biblioteca Virtual em Saúde, SciELO e Google Acadêmico, utilizando descritores DeCS e MeSH relacionados à hesitação vacinal, vacinação, saúde pública e cobertura vacinal. Foram incluídas publicações entre 2021 e 2024 que abordassem fatores sociais, comportamentais ou estruturais relacionados à vacinação infantil. Desse modo, observa-se que a hesitação vacinal está associada à combinação de múltiplos determinantes, incluindo percepções de risco sobre a segurança dos imunizantes, circulação de informações distorcidas em ambientes digitais, desigualdades socioeconômicas e barreiras estruturais de acesso aos serviços de saúde. Relata-se ainda que mudanças no contexto sanitário global e fatores socioculturais influenciam as atitudes parentais frente à imunização. Conclui-se que a redução das coberturas vacinais resulta de interações complexas entre aspectos cognitivos, sociais e institucionais, indicando a necessidade de fortalecer estratégias de comunicação em saúde, ampliar ações educativas na atenção primária e aprimorar a organização dos serviços de imunização para promover maior adesão ao calendário vacinal infantil.

**Palavras-chave:** Cobertura Vacinal. Hesitação Vacinal. Programas de Imunização. Saúde Pública. Vacinação.

**ABSTRACT**

Considering the recent reduction in childhood vaccination coverage and the risks associated with the reintroduction of vaccine-preventable diseases, vaccine hesitancy has become a significant challenge for public health, involving social, informational, and structural dimensions that influence parental decisions about immunization. This study aims to analyze the psychosocial causes associated with vaccine hesitancy and its relationship with the decline in childhood vaccination rates in the context of public health. To this end, a narrative literature review, with a qualitative and descriptive approach, was conducted using the PubMed/MEDLINE, Virtual Health Library, SciELO, and Google Scholar databases, employing DeCS and MeSH descriptors related to vaccine hesitancy, vaccination, public health, and vaccination coverage. Publications between 2021 and 2024 that addressed social, behavioral, or structural factors related to childhood vaccination were included. Thus, it is observed that vaccine hesitancy is associated with a combination of multiple determinants, including risk



perceptions regarding the safety of immunizations, the circulation of distorted information in digital environments, socioeconomic inequalities, and structural barriers to access to health services. It is also evident that changes in the global health context and sociocultural factors influence parental attitudes towards immunization. It is concluded that the reduction in vaccination coverage results from complex interactions between cognitive, social, and institutional aspects, indicating the need to strengthen health communication strategies, expand educational actions in primary care, and improve the organization of immunization services to promote greater adherence to the childhood vaccination schedule.

**Keywords:** Vaccination Coverage. Vaccine Hesitation. Immunization Programs. Public Health. Vaccination.

## RESUMEN

Considerando la reciente reducción en la cobertura de vacunación infantil y los riesgos asociados con la reintroducción de enfermedades prevenibles por vacunación, la reticencia a la vacunación se ha convertido en un desafío significativo para la salud pública, que involucra dimensiones sociales, informativas y estructurales que influyen en las decisiones de los padres sobre la inmunización. Este estudio tiene como objetivo analizar las causas psicosociales asociadas con la reticencia a la vacunación y su relación con la disminución en las tasas de vacunación infantil en el contexto de la salud pública. Para ello, se realizó una revisión narrativa de la literatura, con un enfoque cualitativo y descriptivo, utilizando las bases de datos PubMed/MEDLINE, Biblioteca Virtual de Salud, SciELO y Google Académico, empleando descriptores DeCS y MeSH relacionados con la reticencia a la vacunación, la vacunación, la salud pública y la cobertura de vacunación. Se incluyeron publicaciones entre 2021 y 2024 que abordaron factores sociales, conductuales o estructurales relacionados con la vacunación infantil. Así, se observa que la reticencia a las vacunas se asocia a una combinación de múltiples determinantes, como la percepción de riesgo respecto a la seguridad de las inmunizaciones, la circulación de información distorsionada en entornos digitales, las desigualdades socioeconómicas y las barreras estructurales de acceso a los servicios de salud. También es evidente que los cambios en el contexto sanitario global y los factores socioculturales influyen en las actitudes parentales hacia la inmunización. Se concluye que la reducción de la cobertura vacunal resulta de interacciones complejas entre aspectos cognitivos, sociales e institucionales, lo que indica la necesidad de fortalecer las estrategias de comunicación sanitaria, ampliar las acciones educativas en atención primaria y mejorar la organización de los servicios de inmunización para promover una mayor adherencia al calendario de vacunación infantil.

**Palabras clave:** Cobertura de Vacunación. Vacilación Ante las Vacunas. Programas de Inmunización. Salud Pública. Vacunación.



## 1 INTRODUÇÃO

A vacinação representa uma das estratégias mais relevantes da saúde pública contemporânea, sendo responsável pela prevenção de diversas doenças infecciosas e pela redução significativa da mortalidade infantil ao longo das últimas décadas. A introdução de imunizantes permitiu o controle epidemiológico de enfermidades que historicamente produziram elevados índices de morbimortalidade, contribuindo para a melhoria das condições de saúde da população. Além da proteção individual, a imunização fortalece mecanismos de proteção coletiva ao reduzir a circulação de agentes infecciosos e ampliar a segurança sanitária das comunidades (Milani; Busato, 2021).

No contexto brasileiro, a organização das políticas de imunização ganhou maior estrutura com a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973, responsável por coordenar ações de vacinação em todo o território nacional (Brasil, 2025). Ao longo de sua trajetória, o programa consolidou-se como uma das políticas públicas mais exitosas do Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo avanços importantes no controle de doenças imunopreveníveis e na ampliação do acesso da população aos imunobiológicos. A estruturação dessa política garantiu acesso gratuito, universal e equitativo às vacinas (Reis; Pereira, 2025).

A expansão das campanhas de imunização no país possibilitou a redução significativa de doenças infecciosas e contribuiu para a melhoria dos indicadores de saúde infantil. A vacinação passou a desempenhar papel central na prevenção de agravos e na redução da mortalidade associada a enfermidades evitáveis. A consolidação dessas estratégias sanitárias fortaleceu as ações de promoção da saúde e ampliou a expectativa de vida da população, reforçando a relevância da imunização como instrumento essencial da saúde coletiva (Milani; Busato, 2021).

Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, observa-se recentemente uma tendência de redução nas taxas de cobertura vacinal infantil em diferentes regiões do Brasil. A diminuição desses indicadores representa um desafio relevante para a saúde coletiva, pois compromete a manutenção da imunidade de rebanho e favorece a reintrodução de doenças anteriormente controladas. Esse cenário tem despertado atenção de gestores e pesquisadores diante dos riscos associados à redução da proteção populacional (Benício, 2024).

A queda nas taxas de vacinação infantil está associada a múltiplos fatores que envolvem aspectos sociais, culturais, informacionais e estruturais. Entre esses elementos destaca-se a hesitação vacinal, caracterizada pelo atraso ou pela recusa da vacinação mesmo quando os imunizantes estão disponíveis nos serviços de saúde. Esse fenômeno envolve processos complexos de tomada de decisão relacionados às percepções de risco, confiança nos sistemas de saúde e interpretações individuais sobre a segurança das vacinas (Couto *et al.*, 2021).

A hesitação vacinal apresenta dimensões históricas que demonstram a complexidade das relações entre sociedade, ciência e políticas sanitárias. Ao longo do tempo, diferentes contextos sociais

produziram manifestações de resistência à vacinação, influenciadas por fatores culturais, políticos e informacionais. No Brasil, episódios históricos relacionados à vacinação demonstram que a aceitação das campanhas de imunização está diretamente associada às percepções sociais sobre as intervenções sanitárias (Viana, 2024).

A compreensão desse fenômeno também envolve a análise de fatores psicossociais que influenciam comportamentos relacionados ao cuidado em saúde. Modelos teóricos baseados nas crenças em saúde demonstram que percepções individuais sobre risco, benefícios e possíveis efeitos adversos podem interferir diretamente na adesão às práticas preventivas. Dessa forma, atitudes relacionadas à vacinação infantil são influenciadas por processos cognitivos e culturais que orientam as decisões das famílias (David, 2021).

No contexto contemporâneo, a circulação de informações em ambientes digitais ampliou significativamente a disseminação de conteúdos relacionados às vacinas. Informações incorretas ou distorcidas sobre segurança e eficácia dos imunizantes passaram a circular com maior intensidade nas redes sociais, influenciando percepções sociais sobre a vacinação. A disseminação dessas narrativas contribui para o fortalecimento de discursos antivacinação e pode interferir na adesão ao calendário vacinal infantil (David, 2021).

Além das dimensões informacionais, fatores estruturais e socioeconômicos também influenciam os níveis de cobertura vacinal. Desigualdades regionais, barreiras geográficas e limitações na infraestrutura dos serviços de saúde podem dificultar o acesso às campanhas de imunização. Em determinadas regiões, essas condições contribuem para a redução da adesão ao calendário vacinal infantil e ampliam as disparidades nos indicadores de saúde (Reis; Pereira, 2025).

Aspectos relacionados à organização dos serviços de saúde também podem impactar a continuidade das ações de imunização. Problemas logísticos, desabastecimento pontual de vacinas e limitações na oferta de serviços podem interferir na execução das campanhas de vacinação. Em cenários de emergência sanitária, como durante a pandemia de COVID-19, a reorganização dos sistemas de saúde também influenciou o funcionamento de diversos serviços essenciais, incluindo as ações de vacinação infantil (Reis; Pereira, 2025).

A redução das coberturas vacinais possui implicações importantes para a saúde coletiva, especialmente devido à diminuição da imunidade de rebanho. Quando os níveis de vacinação se encontram abaixo das metas recomendadas, aumenta a probabilidade de circulação de agentes infecciosos e a ocorrência de surtos de doenças imunopreveníveis. Essa situação representa risco adicional para grupos vulneráveis da população, incluindo crianças pequenas e indivíduos que não podem ser imunizados por razões clínicas (Toledo, 2021).

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender os fatores que influenciam as decisões relacionadas à vacinação infantil e que interferem na adesão ao calendário vacinal. A análise dessas

dimensões permite identificar elementos sociais, culturais e comunicacionais associados à hesitação vacinal. A compreensão desses fatores contribui para o fortalecimento das estratégias de promoção da saúde e para o aprimoramento das políticas públicas de imunização (Toledo, 2021).

A Atenção Primária à Saúde (APS) ocupa posição estratégica na promoção da imunização infantil, uma vez que as equipes de saúde da família mantêm contato direto com as comunidades e desempenham papel importante na orientação das famílias. A relação de confiança estabelecida entre profissionais de saúde e população favorece o esclarecimento de dúvidas e o enfrentamento de receios relacionados às vacinas, fortalecendo as ações de educação em saúde e de promoção da imunização (Benício, 2023).

Diante desse cenário, a análise das causas psicossociais relacionadas à hesitação vacinal torna-se relevante para compreender os fatores associados à redução das taxas de vacinação infantil. A investigação dessas dimensões contribui para ampliar o entendimento sobre os determinantes sociais e comportamentais envolvidos na adesão ao calendário vacinal. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as causas psicossociais associadas à hesitação vacinal e sua relação com a queda das taxas de vacinação infantil no contexto da saúde coletiva.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, voltada à compreensão dos fatores psicossociais associados à hesitação vacinal e sua relação com a redução das taxas de vacinação infantil no contexto da saúde coletiva. Esse delineamento permite reunir evidências científicas produzidas em diferentes contextos socioculturais, possibilitando examinar aspectos sociais, comportamentais e estruturais relacionados às decisões parentais sobre a imunização infantil.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados PubMed/MEDLINE, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO e Google Acadêmico, selecionadas devido à relevância na produção científica nas áreas de saúde pública, imunização e epidemiologia. Para a construção da estratégia de busca foram utilizados descritores controlados provenientes dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do *Medical Subject Headings* (MeSH), em português e inglês. Entre os termos empregados destacam-se: “Hesitação Vacinal / *Vaccine Hesitancy*”, “Vacinação / *Vaccination*”, “Saúde Pública / *Public Health*”, “Programas de Imunização / *Immunization Programs*” e “Cobertura Vacinal / *Vaccination Coverage*”, combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*.

Foram considerados como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre 2021 e 2024, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa ou inglesa, que abordassem fatores sociais, comportamentais ou estruturais relacionados à hesitação vacinal infantil. Foram excluídos documentos duplicados, publicações sem relação direta com a temática investigada e trabalhos que não

apresentavam dados empíricos ou análises pertinentes ao fenômeno estudado.

O processo de seleção ocorreu em três etapas. Inicialmente foi realizada a identificação dos registros nas bases de dados selecionadas. Em seguida procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para verificação da pertinência temática. Posteriormente, os textos elegíveis foram submetidos à leitura completa para confirmação da adequação aos critérios estabelecidos. Ao final desse processo, sete publicações compuseram o corpus analítico, enquanto nove registros foram excluídos por duplicidade ou inadequação temática.

A etapa de análise consistiu na leitura integral dos artigos selecionados, seguida da extração das informações relacionadas ao tipo de estudo, contexto de investigação e principais contribuições para a compreensão da hesitação vacinal infantil. Os dados foram organizados em quadro síntese, permitindo a comparação entre os achados das pesquisas e a identificação de convergências e diferenças interpretativas entre os autores.

Por tratar-se de uma investigação baseada em fontes secundárias de domínio público, não houve necessidade de submissão a comitê de ética em pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispensa avaliação ética para pesquisas que utilizam dados disponíveis publicamente. Entre as limitações do estudo destaca-se a heterogeneidade metodológica dos trabalhos incluídos e as diferenças socioculturais entre os contextos investigados, fatores que podem influenciar a interpretação comparativa dos resultados.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A estratégia de busca identificou 16 publicações. Após aplicação dos critérios de elegibilidade, 7 estudos foram incluídos e 9 excluídos por duplicidade ou inadequação temática. As pesquisas foram conduzidas em Brasil, Estados Unidos, Japão, Turquia e Qatar, utilizando revisões sistemáticas, estudos transversais e análises epidemiológicas. Esses trabalhos permitiram examinar fatores psicossociais relacionados às decisões parentais sobre vacinação.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo de estudo</b>	<b>Contexto</b>	<b>Contribuição principal</b>
Ferreira <i>et al.</i>	2024	Revisão sistemática	Brasil	Identificação de fatores socioeconômicos, acesso aos serviços de saúde e desinformação associados ao atraso vacinal infantil
Bayram; Yiğitalp	2024	Estudo transversal	Turquia	Associação entre hesitação vacinal, renda familiar, escolaridade e crenças parentais sobre vacinas
Saitoh; Shobugawa	2024	Estudo transversal	Japão	Alta prevalência de hesitação parental e influência de preocupações sobre segurança vacinal
Vashist <i>et al.</i>	2024	Análise epidemiológica	Estados Unidos	Tendências de hesitação vacinal parental em inquéritos nacionais de imunização
Olusanya <i>et al.</i>	2024	Estudo transversal	Estados Unidos	Relação entre fatores sociodemográficos e hesitação vacinal em crianças
Dhamayanti <i>et al.</i>	2024	Revisão de literatura	Internacional	Influência de fatores comportamentais, crenças religiosas e percepção de risco na hesitação vacinal
Khodoruth <i>et al.</i>	2024	Estudo transversal	Qatar	Maior hesitação vacinal entre pais de crianças com transtornos mentais ou comportamentais

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Ferreira *et al.* (2024) identificaram que a redução da cobertura vacinal infantil no Brasil envolve determinantes estruturais e sociais. Entre os elementos descritos estão baixo nível socioeconômico, distância entre domicílio e unidades de saúde e limitação do horário de funcionamento dos serviços. A presença de múltiplos filhos na família também foi associada ao atraso no calendário vacinal. Além disso, episódios de desabastecimento de imunobiológicos e menor cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) contribuíram para dificuldades no cumprimento das doses previstas. Esses fatores comprovam que decisões relacionadas à vacinação infantil são influenciadas tanto por condições sociais quanto pela organização dos serviços de saúde.

Bayram e Yiğitalp (2024) observaram prevalência de 32% de hesitação vacinal entre pais de crianças pequenas na Turquia. A análise estatística demonstrou associação significativa entre hesitação e características socioeconômicas, especialmente renda familiar e escolaridade. Pais que consideravam as vacinas desnecessárias apresentaram maior probabilidade de rejeição ou atraso vacinal. Em contrapartida, aqueles que reconheciam a importância da vacinação demonstraram menor resistência à imunização infantil. Esses resultados indicam que percepções individuais sobre utilidade e segurança das vacinas exercem influência direta nas decisões parentais sobre imunização.

No Japão, Saitoh e Shobugawa (2024) identificaram 52,4% de hesitação para imunizações infantis, proporção expressiva em comparação com padrões históricos de confiança vacinal no país. A análise multivariada revelou que conflitos decisórios e preocupações relacionadas à segurança dos imunizantes influenciam significativamente a adesão ao calendário vacinal. Os autores também observaram variações nas atitudes parentais quando comparadas vacinas de rotina e imunizantes introduzidos durante a pandemia. Esse comportamento sugere que a introdução de novas tecnologias vacinais pode ampliar dúvidas entre pais quando a comunicação institucional não é suficientemente clara.

Resultados semelhantes foram observados nos Estados Unidos por Vashist *et al.*, (2024) que analisaram dados do *National Immunization Survey* entre 2019 e 2022. Aproximadamente um em cada cinco pais relatou hesitação em relação às vacinas infantis. O comportamento apresentou variação entre diferentes grupos sociodemográficos e faixas etárias das crianças. Alterações nas recomendações vacinais durante a pandemia influenciaram percepções de risco e confiança institucional. Esse cenário mostra que mudanças no contexto sanitário global podem modificar atitudes sociais relacionadas à vacinação infantil.

Olusanya *et al.* (2024) identificaram associação entre hesitação vacinal e fatores sociodemográficos, incluindo localização geográfica e características raciais da população investigada. Pais residentes em áreas rurais demonstraram maior resistência à vacinação quando comparados a residentes urbanos. Além disso, preocupações relacionadas à segurança das vacinas e à rapidez no desenvolvimento dos imunizantes contra COVID-19 influenciaram percepções parentais sobre imunização infantil. Esse conjunto de fatores aponta que dimensões políticas, sociais e comunicacionais participam da formação de atitudes relacionadas à vacinação.

A revisão conduzida por Dhamayanti *et al.* (2024) descreve múltiplos determinantes comportamentais relacionados à hesitação vacinal entre adolescentes e seus responsáveis. Entre os fatores identificados estão percepções sobre eficácia e segurança dos imunizantes, influência parental nas decisões de saúde e recomendações de profissionais de saúde. Elementos religiosos e experiências prévias com vacinação também foram mencionados como componentes relevantes na formação de atitudes vacinais. A compreensão científica sobre o desenvolvimento das vacinas mostrou associação com maior aceitação da imunização.

Khodoruth *et al.* (2024) observaram prevalência mais elevada de hesitação vacinal entre pais de crianças com transtornos psiquiátricos ou comportamentais. Nesse grupo, 54,1% dos responsáveis apresentaram hesitação, proporção significativamente superior à encontrada entre pais de crianças sem essas condições clínicas. Os autores associaram esse comportamento a preocupações adicionais sobre efeitos adversos e interações entre vacinas e condições de saúde preexistentes. Esse achado testemunha que condições clínicas específicas podem influenciar percepções parentais sobre riscos e benefícios da vacinação infantil.

A comparação entre os resultados de Bayram e Yiğitalp (2024) e de Olusanya *et al.* (2024) revela convergência quanto ao papel das condições socioeconômicas na formação da hesitação vacinal. Ambos identificaram associação entre características sociais e decisões relacionadas à vacinação infantil. Entretanto, Olusanya *et al.* (2024) destacam influência adicional de fatores políticos e comunicacionais relacionados à pandemia. Essa diferença sugere que o contexto histórico e informacional pode intensificar percepções de risco mesmo em populações com acesso consolidado aos serviços de saúde.

Outro ponto de convergência entre as pesquisas refere-se às preocupações relacionadas à segurança dos imunizantes. Saitoh e Shobugawa identificaram dúvidas sobre efeitos adversos como elemento central da hesitação parental. Dhamayanti *et al.* (2024) também observaram que percepções sobre segurança e eficácia influenciam diretamente atitudes vacinais entre adolescentes e famílias. Esses resultados reforçam que a comunicação científica sobre desenvolvimento e monitoramento das vacinas desempenha papel fundamental na construção da confiança social.

A pandemia de COVID-19 também produziu alterações nas percepções públicas sobre vacinação infantil. Vashist *et al.* (2024) identificaram mudanças nas atitudes parentais após a introdução de vacinas pediátricas contra COVID-19. Olusanya *et al.* (2024) observaram que debates políticos e circulação de informações conflitantes ampliaram preocupações sobre segurança vacinal. Esse cenário indica que eventos sanitários globais podem influenciar atitudes relacionadas a vacinas que já estavam consolidadas nos calendários nacionais de imunização.

Aspectos estruturais relacionados ao acesso aos serviços de saúde também aparecem como determinantes importantes. Ferreira *et al.* (2024) descrevem dificuldades logísticas, como distância entre domicílio e unidades de saúde e limitação do horário de funcionamento das salas de vacinação. Essas condições podem gerar atraso no cumprimento do calendário vacinal mesmo quando os pais reconhecem a importância da imunização. Dessa forma, barreiras organizacionais do sistema de saúde também participam da dinâmica de redução das coberturas vacinais infantis.

A análise integrada dos estudos esclarece que a hesitação vacinal infantil envolve interação entre fatores cognitivos, sociais e estruturais. Percepções sobre segurança das vacinas, confiança nas instituições de saúde e desigualdades socioeconômicas influenciam decisões parentais sobre imunização. A presença simultânea desses elementos contribui para a redução das coberturas vacinais observada em diferentes contextos epidemiológicos. Estratégias de educação em saúde, comunicação científica e fortalecimento da atenção primária apresentam potencial para reduzir barreiras relacionadas à hesitação vacinal infantil.

#### **4 CONCLUSÃO**

A investigação permitiu compreender que a hesitação vacinal constitui um fenômeno multifatorial que envolve dimensões sociais, cognitivas e estruturais relacionadas às decisões parentais sobre a imunização infantil. A redução das coberturas vacinais observada em diferentes contextos não se restringe a escolhas individuais, mas resulta de interações complexas entre percepções de risco, confiança institucional, circulação de informações em ambientes digitais e condições socioeconômicas que influenciam o acesso e a utilização dos serviços de saúde. Nesse cenário, o declínio da vacinação infantil expressa transformações nas relações entre sociedade, ciência e políticas públicas de imunização.

A análise desenvolvida também relatou que fatores estruturais do sistema de saúde exercem influência relevante na continuidade do calendário vacinal infantil. Barreiras relacionadas à organização dos serviços, como limitação do horário de funcionamento das unidades, dificuldades de acesso geográfico e episódios pontuais de desabastecimento de imunobiológicos, podem interferir no cumprimento das doses previstas. Tais condições demonstram que a manutenção de altas coberturas vacinais depende não apenas da aceitação social das vacinas, mas também da capacidade dos sistemas de saúde em garantir acesso oportuno e continuidade das ações de imunização.

Outro aspecto central refere-se às percepções parentais relacionadas à segurança e à eficácia dos imunizantes. Preocupações sobre possíveis efeitos adversos, associadas à circulação de informações distorcidas em redes digitais, contribuem para a ampliação de dúvidas sobre a vacinação infantil. Esse cenário apresenta a importância de estratégias comunicacionais baseadas em evidências científicas, capazes de fortalecer a confiança social nas vacinas e de ampliar a compreensão pública sobre os processos de desenvolvimento, avaliação e monitoramento da segurança dos imunizantes.

A investigação também demonstrou que fatores sociodemográficos influenciam significativamente as atitudes relacionadas à vacinação infantil. Condições socioeconômicas, nível de escolaridade, contexto territorial e experiências prévias com os serviços de saúde participam da construção das decisões parentais sobre imunização. A presença dessas desigualdades patenteia que a hesitação vacinal não ocorre de maneira homogênea entre as populações, sendo influenciada por diferentes contextos sociais e pelas formas de acesso à informação e aos serviços de saúde.

A APS assume papel estratégico no enfrentamento desse fenômeno, especialmente pela proximidade das equipes com as comunidades e pela possibilidade de estabelecer vínculos de confiança com as famílias. A atuação dos profissionais de saúde no esclarecimento de dúvidas, na orientação sobre benefícios da imunização e na identificação de barreiras relacionadas ao acesso aos serviços constitui elemento essencial para fortalecer a adesão ao calendário vacinal infantil. Nesse sentido, ações educativas e comunicacionais desenvolvidas no território podem contribuir para reduzir incertezas e ampliar a confiança social nas políticas de imunização.

Entre as limitações desta investigação destaca-se a heterogeneidade metodológica dos trabalhos incluídos na revisão narrativa, bem como as diferenças socioculturais entre os contextos investigados. Essas variações podem influenciar a comparabilidade dos resultados e limitar a generalização das interpretações para outras realidades epidemiológicas. Além disso, a dependência de dados secundários restringe a possibilidade de aprofundar determinadas dimensões qualitativas relacionadas às experiências e percepções das famílias sobre a vacinação infantil.

Diante desses aspectos, torna-se relevante que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre os determinantes sociais da hesitação vacinal em diferentes contextos territoriais, incorporando abordagens metodológicas capazes de examinar percepções parentais, processos de comunicação em



saúde e dinâmicas informacionais presentes em ambientes digitais. Investigações que integrem métodos quantitativos e qualitativos podem contribuir para ampliar a compreensão sobre os fatores que influenciam as decisões relacionadas à vacinação infantil e orientar o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de promoção da imunização no âmbito da saúde coletiva.



## REFERÊNCIAS

BENÍCIO, Janáina Alves. Imunização infantil na atenção primária em saúde: hesitação vacinal entre pais e perspectiva de profissionais. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Família) – Universidade Federal da Paraíba, **Centro de Ciências da Saúde**, João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27033>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações (PNI). **Brasília, DF: Ministério da Saúde**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/pni>.

BAYRAM DEĞER, Vasfiye; YİĞİTALP, Gülhan. Level of hesitation of parents about childhood vaccines and affecting factors: a cross-sectional study in Turkey. **BMC Public Health**, v. 24, art. 2494, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-024-19961-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-024-19961-1>.

COUTO, Isadora Almeida *et al.* As causas e as consequências da recusa vacinal na realidade brasileira. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 5, p. 18893–18908, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n5-034>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/35508>.

DAVID, Vanessa Alves da Conceição Marques. Crenças em vacinas: a luta da ciência contra as resistências. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 11, e2111003, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i11.1003>. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/1003>.

DHAMAYANTI, Meita *et al.* Vaccine hesitancy in adolescents regarding COVID-19 vaccination: a literature review. **Vaccine X**, v. 18, p. 100477, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jvacx.2024.100477>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38881780/>.

FERREIRA, Helen Nascimento Souza *et al.* Análise causal do abandono vacinal infantil no Brasil: uma revisão sistemática. **Boletim MicroVita**, v. 6, n. 6, p. 43–60, 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/bmicrov.v0i6.64557>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/bolmicrovita/article/view/64557>.

KHOODORUTH, Mohamed Adil Shah *et al.* COVID-19 vaccine hesitancy and intentions among parents of children with mental and behavioral disorders. **Human Vaccines & Immunotherapeutics**, v. 20, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/21645515.2024.2412385>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39410905/>.

MILANI, Lucia Regina Nogas; BUSATO, Ivana Maria Saes. Causas e consequências da redução da cobertura vacinal no Brasil. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 157–171, 2021. DOI: <https://doi.org/10.32811/25954482-2021v4n2p157>. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/480>.

OLUSANYA, Olufunto A. *et al.* Sociodemographic trends and correlation between parental hesitancy towards pediatric COVID-19 vaccines and routine childhood immunizations in the United States: 2021–2022 National Immunization Survey—Child COVID Module. **Vaccines**, v. 12, n. 5, p. 495, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/vaccines12050495>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-393x/12/5/495>.

REIS, Thiago Cordeiro dos; PEREIRA, Gabriela Eduarda Alves. Cobertura vacinal infantil no Brasil: fatores determinantes do declínio da imunização e seus impactos em saúde pública. 2025. **Trabalho**



**de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Escola de Ciências Médicas e da Vida,** Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/10292>.

SAITOH, Aya; SHOBUGAWA, Yugo. Parental vaccine hesitancy toward routine childhood immunizations and COVID-19 vaccines in Japan: a cross-sectional study. **BMC Public Health**, v. 24, art. 3303, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-024-20845-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-024-20845-7>.

TOLEDO, Elisa Alexandre de. Movimento antivacina: uma análise integrativa sobre os motivos multifatoriais associados à diminuição da adesão à vacinação infantil. 2021. 112 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) – Instituto de Ciências Farmacêuticas,** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus UFRJ-Macaé, Macaé, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/20225>.

VIANA, Rafaela Rodrigues. Cobertura vacinal em queda: a saúde coletiva em risco de doenças virais reemergentes no Brasil. 2024. **Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina,** Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/77175>.

VASHIST, Kushagra *et al.* Changes in vaccine hesitancy among parents of children aged 6 months – 17 years, National Immunization Surveys, 2019–2022. **Vaccine**, v. 42, n. 20, p. 125989, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2024.05.037>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38806351/>.